

REESTRUTURAÇÃO DA PRODUÇÃO: EM BUSCA DO VIGOR PERDIDO

Jossel Borges Santos*

RESUMO — *O artigo trata da eminência do caráter cíclico da economia capitalista, destacando que o revigoramento do capital dos lucros decrescentes é dependente de modificações, fundamentais, no seio da estrutura do capitalismo. Historicamente, a forma mais conhecida dessas reformas, fundamentais, estão alicerçadas em mudanças da base técnica e organizacional. Na base da reforma estrutural que submerge a partir de conhecidos momentos de crise e depressão que acompanharam o capitalismo, a partir do final da década de 60 e culminaram com a recessão de 1974/75, podemos identificar a emergência de inovações técnicas importantes e implantação de novos modelos de organização do trabalho, com a proeminência das técnicas japonesas. Por fim, o artigo destaca como uma inserção passiva da economia brasileira aos ditames do Norte agravam os graves problemas sociais, impingidos a grande fatia da população.*

PALAVRAS- CHAVE: Crise; Reestruturação; Trabalho; Precarização

INTRODUÇÃO

O caminho que vamos seguir parte da premissa do caráter cíclico do capital, do mesmo modo que reitera o movimento anárquico da produção. Em particular, tentaremos apreender as principais manifestações das modificações que se processaram entre a última crise – identificada entre o final de 60 e princípio da década de 70 – e o processo de retomada da valorização dos investimentos, melhor conhecida através da literatura econômica como reestruturação produtiva.

A autonomização do capital, ou personificação deste, consolida o domínio das coisas sobre o homem através da justificativa

* Prof. Assistente (DCIS/UEFS). E-mail: jossel@uefs.br
Universidade Estadual de Feira de Santana – Dep. de CIS.
Tel./Fax (75) 3224-8049 - BR 116 – KM 03, Campus - Feira de
Santana/BA – CEP 44031-460. E-mail: cis@uefs.br

da ampliação do lucro, ainda que crescentes fatias da população tenham que pagar com a destruição ou degradação das suas condições de vida. Essa lógica do capital em busca de lucros definiu um modelo onde o progresso técnico e a organização da produção e trabalho (gerência) passam a ter um papel de destaque. Já no século XVIII, com a Revolução Industrial, uma série de inovações produzem expressivas mudanças no processo produtivo, introduzindo o sistema de máquinas (através da produção de máquinas por máquinas); logo as mudanças com a conseqüente acentuação do ritmo de trabalho demanda de forma crescente, a necessidade da gerência. Dessa forma, o processo de trabalho capitalista cria a necessidade de trabalhadores especiais, (que primeiramente ficam encarregados das funções de vigilância e supervisão) e, com a concentração do capital e a necessidade de aumentar a capacidade produtiva, introduz, como tarefas principais da gerência, a função de planejamento e projeto.

Se o capitalismo convive com as alterações cíclicas, ora com a excitação presente no boom da produção material ora com o arrefecimento advindo da depressão, cabe à investigação científica analisar as particularidades das intransponíveis oscilações da base material da produção capitalista.

Estudos específicos sobre as oscilações intrínsecas à produção resultaram em proposições diferenciadas, tais como as presentes no keynesianismo — que apontam para a atenuação e adiamento dos efeitos da crise e, também, na perpetuação das relações sociais capitalistas — ou a vertente marxista que questiona o caráter eterno de quaisquer relações sociais de produção e vêem as oscilações cíclicas do capitalismo como resultado da sua lógica de funcionamento.

O que fazemos aqui é justamente um esforço para apreender as particularidades do que consideramos como uma nova investida dos capitalistas para recuperar o vigor que acompanhou a longa fase expansiva que se seguiu ao pós-guerra, e bastante presente nas expectativas desses, já que o predomínio da especulação desenfreada, ainda que assegure lucros não-operacionais significativos, é acompanhado por um forte movimento de centralização de capitais através de fusões e crescente ociosidade da capacidade instalada.

Os esforços empreendidos na retomada dos lucros a níveis satisfatórios são conhecidos na literatura disponível como reestruturação produtiva. No cerne das vicissitudes recentes na esfera produtiva, podemos apontar a formulação de um “novo” paradigma organizacional e inovações técnico-científicas relevantes. As transformações apontadas fazem parte de um leque de preocupações que têm o propósito, entre outros, de dialogar com um suposto novo modelo de acumulação conhecido pela sua capacidade de flexibilizar o processo produtivo e as relações de trabalho.

É de nosso conhecimento que a Ásia liderou, através da economia japonesa, esse esforço reestruturador, seja com a proeminência do uso da microeletrônica ou com os novos métodos de gestão da produção e do trabalho. Entretanto, os sucessos colhidos com o modelo japonês conduziram à sua “imitação”, em maior ou menor escala, nas economias ocidentais de capitalismo desenvolvido a partir da década de 70.

A reestruturação, que para nós tem efeitos destrutivos, é melhor compreendida quando ficamos atentos a algumas dimensões da fase atual do capitalismo, principalmente da força da ideologia da globalização e do neoliberalismo para empurrar as economias de média industrialização — entre as quais se encontra o Brasil — a perseguir os níveis de competitividade dos países do Norte, o que se vem dando por meio da adaptação aos modelos de acumulação desses, com abandono, por completo, da soberania nacional e negligência em relação aos danos sociais causados.

1 A REESTRUTURAÇÃO DESTRUTIVA

Se é verdade que se tornou usual a argumentação que o *Welfare State* foi resultado de uma concessão aos trabalhadores em virtude do imbricado contexto geopolítico, também existem fortes evidências contra a tese de concessão espontânea dos capitalistas. Em primeiro lugar, até que se prove o contrário, o objetivo essencial que move os empresários é o lucro, e é claro que falamos do lucro em progressão, o que é procurado por meio da lei do menor esforço, sem que haja quaisquer formas de constrangimento para isso.

O *boom* da produção no pós II Guerra Mundial ficou conhecido como a era de ouro. Os ganhos de produtividade permitiram a incorporação de aumentos salariais nos países capitalistas do Norte, isso através da forte racionalização da produção e de uma gestão autoritária do trabalho, concorrendo na definição de um novo padrão de consumo de massa. Entretanto, a participação dos trabalhadores no padrão de consumo da era de ouro não foi motivo para eximi-los de um forte processo de resistência iniciado no final da década de 60, demonstrando, assim, o elevado nível de organização dos trabalhadores.

O ritmo intenso imprimido pelos métodos tayloristas/fordistas de gestão tem como contrapartida o absenteísmo do trabalho e o desabrochar de movimentos de massa na Europa, como foi o caso do “maio de 1968”, na França.

Os primeiros sinais de esgotamento do modelo de desenvolvimento americano já estavam presentes no final da década de 60. Isso pôde ser percebido pela observação da queda da lucratividade, o que só se agrava com a recessão de 1974-75 (que teve como estopim o choque de petróleo de 1973). Assim, tornava-se imprescindível uma série de esforços subseqüentes no sentido de ampliar a taxa de lucratividade através de um vigoroso movimento de reestruturação do trabalho.

Com a desvalorização do dólar e o fim da conversibilidade desse frente ao ouro, além do papel das renovadas economias do Japão e da Alemanha, já não estava assegurada a hegemonia americana.

A crise capitalista foi seguida de uma redefinição da divisão internacional do trabalho onde alguns países do conhecido “Terceiro Mundo”, especialmente aqueles reunidos na OPEP, impuseram uma melhoria nas relações de troca internacionais.

Mas, é só a partir do aumento dos juros internos, no final da década de 70, que os EUA vão impor a retomada de sua hegemonia para o resto do mundo através de uma recessão interna e com a imposição de políticas restritivas para o conjunto das economias capitalistas, tanto as centrais como as periféricas. Ainda que os EUA não recuperem os níveis de produtividade da época de ouro, vão assegurar sua hegemonia através da afirmação do dólar como padrão monetário, via seu potencial

bélico e militar, assim como através de seu predomínio no campo da diplomacia (e, posteriormente, da concentração produtiva em atividades de tecnologia de ponta).

A valorização do dólar possibilita a atração de capitais do resto do mundo sob a forma de ativos e importações do Japão e da Europa, ou ainda por meio das transferências de fluxos líquidos de capitais da América Latina para pagamento dos serviços da dívida externa.

[.....] Entre 1982-1984, os EUA conseguiram dobrar o seu déficit comercial a cada ano, o que juntamente com o recebimento de juros lhes permitiu absorver transferências reais de poupança do resto do mundo que só em 1983 corresponderam a cem bilhões de dólares, e em 1984 devem ter ultrapassado 150 bilhões. Por outro lado suas relações de troca melhoraram e os seus custos internos caíram, já que as importações que os EUA estão fazendo são as melhores e mais baratas do mundo inteiro.¹ (TAVARES, 1985).

É certo que se observou um forte fluxo de ativos em direção ao mercado interno americano, em que, via *joint-ventures* com o capital japonês e europeu, deu lugar a taxas de crescimento superiores ao resto do mundo capitalista, possibilitando uma considerável modernização da economia americana. Porém, a política agressiva americana vai forçar as economias capitalistas, que convivem com uma forte presença do Estado, a promoverem uma significativa reestruturação industrial (em particular, o Japão e a Alemanha). Assim, essas economias, de orientação distinta da política monetária americana vão, em pouco tempo, assumir a liderança em setores importantes do novo paradigma produtivo, destacando-se o Japão com o complexo microeletrônico, e a Alemanha, continuando a garantir antigas vantagens comparativas nos setores da química fina.

É baseado no poder de sua moeda (diplomacia do dólar forte) que os EUA retomam a vitalidade de sua economia. Para isso, levando todo o mundo capitalista a uma recessão e, mesmo com a tendência persistente do aumento do seu déficit,

cresceram, entre 1982-1983, à taxa de 7/8%, enquanto o resto do mundo crescia à taxa de 1/2%, e o Sul capitalista encontrava-se em plena estagnação.

Depois de abatidos pelos efeitos da recessão, os países do Norte vão ensaiar um forte movimento de reestruturação ou reconversão industrial, mudando, em boa parte, a configuração do processo de acumulação em nível mundial. O novo modelo de acumulação — conhecido pela sua maior capacidade de flexibilizar as relações de produção —, deixou o continente asiático em posição de destaque, onde as formas de gestão japonesas passam a influenciar e serem modelo de racionalização para o mundo capitalista. A reestruturação, que qualificamos como “destrutiva” (devido a seus efeitos perversos para o mundo do trabalho), vem seguida de forte desregulamentação, atingindo largamente as conquistas trabalhistas conseguidas no fulgor de décadas de batalhas e impondo aos trabalhadores uma ação defensiva, como consequência do desemprego estrutural causado pela intensificação do uso da microeletrônica no processo produtivo.

No que tange ao Sul capitalista, que nem sequer desfrutou de um Estado do Bem-Estar (tal como ficou conhecido nos países “desenvolvidos” e, em especial, nos Estados europeus que instituíram substantivos sistemas de proteção social) durante este período, teve seus projetos de desenvolvimento interrompidos, em razão da crise da dívida, permitindo-nos caracterizar os anos 80 como “década perdida”. De forma retardatária, como de costume, a reestruturação foi implementada nos países do Sul, especificamente no Brasil, sobre o qual podemos pontuar com maior precisão. O desencadeamento de tal processo é fruto da violência ocasionada pela acelerada liberalização comercial e desregulamentação financeira, implementadas no início da década de 90 pelo governo de Fernando Collor de Melo, que teve como resultado crescentes ondas de desindustrialização, desemprego e precarização da ocupação. Portanto, a reestruturação no Sul e, especificamente, no Brasil, assume conotações destrutivas numa escala sempre maior.

2 A IDEOLOGIA DA GLOBALIZAÇÃO

A reestruturação dos países do Norte amplifica a agressividade da competição entre nações, abrindo uma fase sem precedentes de desregulamentação através da liberalização dos mercados financeiros mundiais, integração regional — por meio da consolidação de blocos econômicos — e uma pretensa eliminação das barreiras comerciais.

O que pretendemos fazer a partir deste momento é mostrar que não é bem assim, ou melhor, convictos do caráter fetichista de tais premissas, vamos nos apoiar em alguns argumentos para apontar o surgimento de um forte projeto ideológico cujo objetivo é vender a idéia de um mundo com uma tendência de crescente integração e harmonia. Segundo o novo credo, a tecnologia de ponta e a liberdade comercial abrem o caminho para a prosperidade geral, remetendo-nos à defesa incondicional de uma espécie atual de lei das vantagens comparativas, imagem e semelhança daquela editada no século XIX pelo célebre David Ricardo.

Começaremos interrogando a globalização, justamente por acreditar que essa faça parte de um projeto de sustentação da nova investida dos países do Norte no sentido de subordinar os países do Sul e arrancar dos últimos a fidelidade necessária para uma nova alavancagem da acumulação de capital em nível mundial. Para sucesso desse projeto de tamanha envergadura, evoca-se como “Salvador” o todo poderoso mercado, desprezando-se, portanto, quaisquer referências éticas e morais relativas aos sujeitos coletivos envolvidos.

A globalização da economia é propagandeada como uma novidade no seio do capitalismo; além disso, é apontada como irreversível, sugerindo que as nações, no contexto atual, encontram-se destituídas de soberania, devendo, portanto, adaptar-se às novas tecnologias e às regras liberais de comércio.

Como um bom projeto ideológico, a propalada globalização mitifica a realidade, seja indicando-a como um movimento inusitado ou mascarando a guerra comercial travada entre as grandes potências ou, ainda, negando a forte centralização produtiva promotora de desindustrialização nos países do “Terceiro Mundo” e a forte exclusão social, tão evidentes nos dias de hoje.

Primeiramente, é premente tornar clara a nossa rivalidade com o caráter inusitado da globalização. O certo é que deveríamos nos referir a uma nova fase de internacionalização do capital, onde a desregulamentação das finanças e a tecnologia microeletrônica diminuem a distância entre as praças financeiras internacionais, facilitando a transação rápida de trilhões de dólares diários. E, sem maiores temores, duvidar de uma real economia global, já que, pelo que tudo indica, os investimentos continuam concentrados na Tríade (EUA, Japão e Europa), sendo a fase vigente de internacionalização acompanhada de uma larga fonte de instabilidades, negando assim a pretensão a ser um processo irreversível e guiado por uma inexorabilidade capaz de apagar quaisquer resistências nacionais.

Em certos aspectos, a economia internacional atualmente é menos aberta e integrada do que o regime que prevaleceu de 1870 a 1914. Empresas genuinamente transnacionais parecem ser relativamente raras. A maior parte das empresas tem uma forte base nacional e comercializa multinacionalmente fundada em uma maior localização nacional da produção e das vendas, e não parece haver uma maior tendência de crescimento de empresas realmente internacionais. [...] Ao contrário, os fluxos de comércio, de investimento e financeiro estão concentrados na Tríade da Europa, Japão e América do Norte, e parece que esse domínio vai continuar (HIRST; THOMPSON, 1998, p. 15).

Assim, a nova fase de internacionalização com que convivemos aponta para um aprofundamento do investimento produtivo, conhecido também como investimento externo direto (IED), que passa a prevalecer frente ao comércio de mercadorias; porém essas características nada têm feito para atenuar as desigualdades internas dos países ou entre nações, na medida em que os IED permanecem concentrados em alguns poucos países, perpetuando a lógica da concentração e centralização de capitais, levando a humanidade para um abismo indecifrável.

Se é verdade que, durante as últimas negociações promovidas pelo GATT, houve uma evolução no sentido da redução das

tarifas alfandegárias, também é certo que as grandes potências utilizam as barreiras não-tarifárias como forma de proteção de seus mercados internos. Entre os argumentos que justificam uma taxa complementar, em especial para os países de industrialização retardatária, podemos encontrar condições sanitárias inadequadas, defesa da ecologia, *dumping* social, entre outras. A partir dos resultados de algumas pesquisas realizadas nos EUA, Nilson de Souza nos fornece alguns números que apontam para a forte presença do Estado na economia. Por meio da ação de barreiras não-tarifárias, os países “desenvolvidos” aumentaram a proteção de suas economias contra o comércio de produtos industrializados, de 5%, em 1966, para 56%, em 1986 (SOUZA, 1995). As agriculturas da EU, dos EUA e do Japão nunca foram tão protegidas, contudo convém acompanhar os desígnios de uma pretensa nova ordem com maiores oportunidades de integração.

Quanto aos trilhões de dólares que circulam em torno do mundo todos dias, a partir dos desenvolvimentos da tecnologia de informação, devem ser destacados como um grande diferenciador da fase atual de internacionalização. Entretanto, a mobilidade instantânea desses capitais de curto prazo vem acompanhada de uma forte instabilidade nos mercados, capaz de gerar crises com forte potencial desestruturador e sem nenhuma garantia de constituir-se como um processo duradouro.

Por volta de 1913, o grau de mundialização financeira alcançado no quadro da internacionalização da época, graças à liberdade de movimento dos capitais, assegurada pelo padrão-ouro e pela liberdade de câmbio, e garantida por uma série de tratados sobre comércio e investimentos, parecia um fato “irreversível”. [...] Bastou o crash de Wall Street e o sucessivo desmoronamento do sistema bancário para dar origem, bem antes das adicionais consequências da Segunda Guerra Mundial, a um sistema de finanças compartimentadas, administradas estritamente pelas autoridades monetárias e políticas. Quem ousará afirmar, com segurança, que algo semelhante não poderá ocorrer nos próximos anos? (CHESNAIS, 1997).

Paradoxalmente, na época das “megas” fusões e agigantamento do mercado financeiro, ressuscitam-se as velhas receitas da soberania do mercado. O neoliberalismo, em contraste com o disperso liberalismo clássico, desponta com uma coesão capaz de pretender tornar desacreditada a defesa de quaisquer formas de regulação.

3 NEOLIBERALISMO: O PODER DE UMA RETÓRICA VAZIA

A continuidade da crise capitalista durante a década de 70 e o dissabor das políticas keynesianas são fatores primordiais para reanimar os teóricos da soberania do mercado, mas é no pragmatismo dos governos Reagan e Thatcher que vai ganhar força este novo catecismo de bolso. Controle restrito das finanças públicas, privatização e desregulamentação despontam como os mecanismos eficazes para o desenvolvimento e a felicidade dos povos, mesmo que, dentre os propagandistas da liberalização, encontremos os EUA com o maior déficit público do mundo, agravado, sobretudo, pelos dispêndios da indústria bélica.

A imposição de uma recessão em nível mundial, a partir da elevação dos juros internos nos EUA, propicia a reestruturação da economia norte-americana, que se sentia ameaçada pela queda da produtividade de sua indústria e pela concorrência das economias renovadas do pós-guerra, especialmente do Japão e da Alemanha. Com a desregulamentação do mercado financeiro e a desindustrialização que acompanha o mundo capitalista, em especial nos países do Sul, o novo grito de guerra a ser seguido é o da competitividade. A liberalização do comércio e o esfacelamento de toda forma de proteção trabalhista têm sido adotados como uma espécie de elixir mágico.

[...] Encarquilhados em sua partitura monocórdia, esses países não sabem mais falar e comunicar algo que faça sentido ao resto do mundo. A única coisa que são capazes de dizer aos países pobres, fracos e 'não-desenvolvidos' é: 'sejam competitivos', 'ajustem-se às regras da economia de mercado'.

Depois voltam aos seus negócios, aos seus mercados e à sua competitividade (PETRELLA, 1997).

Dessa forma, aprimorar a competitividade para estar apto ao novo “mercado global” está de acordo com os preceitos da modernidade. O que não se pode esquecer é que a ideologia liberal surgiu na Inglaterra nos primórdios do capitalismo, no século XVII. Portanto, seria mais justo falar de resgate do primitivismo do que de uma possível modernidade. Mesmo identificando aquele período com a existência de uma maior mobilidade do capital e a permanência de proprietários de pequena e média dimensão, fica muito difícil desprezar a ação do Estado, pois este agiu com a violência conhecida na acumulação primitiva de capitais, e a dívida pública assumiu uma importância vital no desenvolvimento capitalista (SANTOS, 1997).

Com o ímpeto da ideologia neoliberal e a estagnação dos países do Sul, foi possível aos países “desenvolvidos” efetuarem reformas consideráveis no modo de produzir. A contra-ofensiva do capital na década de 80 vai promover a transição para formas denominadas mais “flexíveis” de acumulação, com uma tendência distinta de centralização, se comparada com a que foi promovida na emergência do capital financeiro no século XIX. A acumulação capitalista passa a fazer uso de uma estrutura produtiva mais horizontal com a adoção da terceirização, quase sempre combinada com outros modelos de organização do trabalho.

O *just-in-time* é apresentado como alternativa para debelar os estoques gerados pela produção em larga escala. Assim, é construída uma nova concepção sobre o momento exato de se produzir, sempre atendendo uma demanda prévia, podendo-se, desse modo, desvencilhar-se dos inconvenientes de uma oferta desenfreada. Enfim, uma série de modelos de organização do trabalho influenciados pelas técnicas de qualidade japonesas passam a compor o novo elenco da gestão das empresas capitalistas, técnicas essas que são conhecidas pelos meios implícitos de integrar os trabalhadores na luta pelo aumento da produtividade do trabalho.

Parece correto dizer que os novos padrões de produzir são mais flexíveis, isso porque possibilitam maiores interferências na linha de produção, resultando em maior diversificação dos produtos em contraste com os produtos padronizados da linha de produção fordista. O modelo flexível de produção é dependente da tecnologia da informação, e desponta a partir do uso mais intenso das CNC (máquinas-ferramentas de controle numérico), da maior presença do robô industrial e com a área de projetos automatizada através do sistema CAD/CAM.¹

A reestruturação do Norte capitalista vai apoiar-se no gradual retrocesso das conquistas trabalhistas garantidas durante as décadas da expansão do pós-guerra, no aumento dos níveis de desemprego na Europa Ocidental, Japão e EUA, assim como na derrota do movimento sindical, favorecendo, portanto, o aparecimento de formas precárias de emprego (trabalho parcial e trabalho temporário).

A desarticulação de um esquema de proteção social remete os trabalhadores para o convívio perene com uma série de instabilidades, com forte insegurança no mercado de trabalho, no emprego e na renda, apontado por Jorge Mattoso como a “desordem do trabalho” (MATTOSO, 1995). As benesses da modernidade, que vêm sendo alardeadas aos quatros cantos do mundo, ficam restritas a uma fração de incluídos que podem obter as facilidades de um mundo com comunicações ágeis. Entretanto, as modificações no campo da tecnologia e nos padrões de organização têm empurrado parcelas crescentes da população do globo para o desemprego e a informalidade, ampliando a violência urbana e contribuindo para a formação de um quadro marcado pela barbárie social.

A exemplo dos velhos esquemas de dominação “imperialista”, continuam a prevalecer as grandes desigualdades, sejam elas localizadas no âmbito interno das nações capitalistas, ou entre as diversas nações e regiões, como consequência do comércio desigual. Aconteceram mudanças estruturais no capitalismo, mas não foi anulada, de forma alguma, a sua lógica de acumulação. E aí, ao que tudo indica, não existe lugar para harmonia e integração definitiva. Se algo conhecemos do sistema capitalista, este de irreversível só tem a busca inesgotável pelo lucro e a contradição entre as classes.

4 O BRASIL EM BUSCA DE UMA INSERÇÃO ACRÍTICA: A CAMINHO DO “CONSENSO”

O projeto desenvolvimentista implantado no Brasil teve a força de deixá-lo entre as dez economias do mundo (em produto). Para isso, sabemos do caráter associado do seu desenvolvimento, assinalado pela presença marcante do Estado e com forte dependência externa.

A estrutura concentrada de renda, somada a um forte sistema de proteção, garantiu uma economia razoavelmente diversificada e com intenso ritmo de acumulação, embora incapaz de incorporar grandes segmentos de sua população. Com uma certa rapidez, consolidou-se uma indústria de base capaz de dinamizar a acumulação através do setor produtor de bens duráveis, embora esse consumo não tenha sido estendido ao grosso da população, consubstanciando um padrão de desenvolvimento com elevada exclusão social.

O aumento da taxa de juro vai estancar o modelo de desenvolvimento brasileiro, dependente, em grande dose, dos influxos de renda do exterior. A dívida externa tornar-se-á uma grande fonte de instabilidade nas economias latino-americanas, quando a partir da década de 70, com a desestabilização do padrão dólar, as economias passam a depender dos empréstimos a juros flutuantes do sistema de crédito privado.

Com a interrupção dos fluxos de renda provenientes do exterior, entra em colapso um modelo de desenvolvimento fortemente dependente do investimento estrangeiro que, a partir de então, tem que conviver com os altos índices inflacionários, em boa parte responsáveis pela deterioração dos padrões de vida da população.

Aproveitando o impulso das altas taxas de crescimento do milagre (1968-1971) — momento em que a economia brasileira cresceu em ritmo acelerado —, tendo as taxas de crescimento girado em torno de 12%, o que se pode entender como opção pela continuidade do projeto desenvolvimentista, os militares desconsideraram a conjuntura desfavorável e implementaram um projeto de proporções gigantes — o II PND, ampliando, assim, a capacidade produtiva brasileira, mas, por outro lado,

elevando a dívida externa em proporções gigantescas. Os esforços empreendidos com a continuidade do projeto desenvolvimentista confere à economia brasileira um potencial exportador, o que seria um atenuante frente ao desaquecimento da economia promovido pela forte recessão interna em que o país vai mergulhar na década de 80. Assim, o potencial exportador, durante a década de 80, passa de 20 para 31 bilhões, porém os encargos e remessas de lucros ao exterior assumem proporções depredadoras: durante o mesmo período, o serviço da dívida passa de 54 para 120 bilhões de dólares (CANO, 1995, p. 59).

Como podemos notar, até a década de 80 a indústria brasileira conviveu com forte proteção, e o setor produtivo formado pelo modelo tripartite “Estado, capital privado nacional e capital privado externo” contava com uma parca concorrência externa. Foi assim que o grande capital, favorecido pelas altas taxas de inflação, beneficiou-se com lucros operacionais ou lucros especulativos do incipiente mercado financeiro brasileiro.

A abertura da economia e a conseqüente exposição aos padrões de competição internacional, colocados em prática a partir do governo Collor, vão resultar em recessão no início da década de 90, impulsionando as indústrias para um processo de reestruturação. Os impactos sobre o mercado de trabalho e a representação dos trabalhadores conferem um caráter destrutivo a essa reestruturação da produção.

A adoção de políticas macroeconômicas sob orientação dos organismos multilaterais presentes em *Washington* concretizam o *Consenso de Washington*, em que se passa a avaliar a eficácia das medidas propostas pela capacidade que os países “emergentes” passariam a possuir para debelar a inflação e controlar as contas públicas: duas variáveis consideradas como uma grande fonte de instabilidade para as jovens economias latino-americanas. A adoção das políticas do Consenso de *Washington* significa a assimilação da retórica neoliberal e a procura a qualquer preço de uma aceitação nacional dos padrões de produção internacional. Essa assimilação acrítica dos termos do consenso não se deve apenas à negligência, quanto à deterioração dos padrões de vida da grande maioria da população — em particular dos assalariados —, mas, também, pelo fato

de tal retórica desprezar a distância das economias do Sul, no que tange ao domínio da tecnologia, mascarando, em grande dose, as reais possibilidades de nossa inserção no mercado mundial.

O que significam afinal as políticas macroeconômicas do *Consenso de Washington*? Basicamente, as reformas “modernizantes” requeridas pelo Consenso resumem-se em liberalização comercial e financeira, combate ao déficit público — para o qual é indicado um amplo projeto de privatização —, seguido por forte desregulamentação da economia.

A assimilação das regras do Consenso de forma abrupta, já que em média as tarifas e preços reduziram-se de 40% para 20%, no prazo de dois anos, abalou setores consolidados da economia nacional que, historicamente, conviveram com um mercado razoavelmente protegido, provocando desemprego e precarização das condições de trabalho. As consequências da liberalização nos países latinos, entretanto, variam de acordo com a dimensão das economias. Dessa forma, os níveis de desindustrialização no Brasil não alcançaram os níveis das vizinhas economias latinas, marcadas por uma menor diversificação, como é o caso do Chile, Argentina e México.

A liberalização comercial impulsionou as empresas em direção a uma reestruturação que as tornassem competitivas frente ao capital externo. Portanto, as empresas apressam-se, diante da nova situação, para ampliar os investimentos em tecnologias modernas, e, sobretudo, na assimilação de novas técnicas de organização do trabalho — terceirização, *just in time*, CCQ —, que teriam como finalidade reduzir custos, em geral, com a força de trabalho. Como resultado das reformas organizacionais e técnicas, ampliaram-se velhos problemas estruturais da economia brasileira, tornando-a mais desigual e desumana.

As economias latino-americanas têm se utilizado de instrumentos ativos de políticas monetárias (dolarização ou âncora cambial), em que, a partir da manutenção de juros elevados, procura-se atrair capitais externos móveis, em geral capitais de curto prazo. Assim, as economias latinas ficam reféns do capital financeiro especulativo, pois a manutenção interna de elevadas

reservas cambiais favorece a valorização das suas moedas, perpetuando a orientação de políticas contracionistas que só agravam os desequilíbrios sociais. Esses mecanismos de ajustes são, na realidade, uma fonte de instabilidade que decorre da desregulamentação financeira e pode ser visualizada pelos exemplos das principais economias latinas (México, Argentina e Brasil), que, apesar das proporções diferentes, sofreram o impacto da redução das divisas devido à fuga de capitais, agravada pela crise do México em 1994. O balanço de pagamentos do Brasil, por exemplo, convive com freqüentes déficits e continua sendo um dos principais pontos de preocupação da área de coordenação econômica.

Conclui-se, pois, que o liberalismo não passa de uma retórica, já que, na prática, as intervenções se repetem com regularidade, favorecendo alguns privilegiados segmentos capitalistas. Pelo que podemos observar, acompanhando a ação governamental cotidiana, o Estado não se afastou de sua função “social” em defesa da propriedade. Assim, fica assinalado o papel do Estado enquanto aliado imprescindível da reprodução do capital em escala ampliada, seja através de favorecimento de recursos públicos para a efetivação de um gigantesco processo de concentração do capital bancário por meio de empréstimos que alcançaram a quantia de 14,8 bilhões de dólares através do Proer², ou seja, através do favorecimento da privatização de empresas públicas rentáveis, consolidadas, estratégicas e com destaque no mercado capitalista — como as empresas dos setores de telecomunicação e elétrico.

A persistência da desregulamentação financeira e comercial, conjugada com os elevados juros internos — responsáveis pelo prolongamento da recessão da economia —, permitiu ao primeiro governo de FHC sustentar a inflação em patamares reduzidos, porém divulga-se uma falsa idéia de estabilidade, na medida em que, para isso, o governo necessita responder com evasivas sobre os índices assustadores de desemprego, sobre a redução dos empregos formais e pela ampliação das mais variadas formas de inserção precária da força de trabalho.

O período 1995-98 mostra uma redução da geração de postos de trabalho formais todos anos, sendo que ao final do primeiro mandato de FHC foram contabilizados uma queima de nada menos de 897 000 empregos formais, segundo o CAGED-Lei 4923, do Ministério do Trabalho (MATTOSO, 1995, p. 126).

O relatório do Banco Mundial, de 1996, não pôde mascarar os impactos das transformações em curso, quando nos descreve com números o aumento da precarização das condições de vida na periferia capitalista. Em relação ao Brasil, o relatório aponta que 32 milhões de pessoas estão impossibilitadas de adquirir a cesta básica e que 24 milhões estão abaixo da linha de pobreza. E, em relatório recente, de um segundo organismo multilateral — ONU (1999) — o Brasil aparece como campeão em concentração de renda, com coeficiente Gini (0,59) comparável ao do Paraguai, o que, trocando em miúdos, representa apenas 2,5% da renda para os 20% mais pobres e, por outro lado, 63,4% da renda para os 20% mais ricos, resultando em uma renda per capita dos 20% mais ricos 32 vezes maior. Refletido pela análise de vários indicadores (expectativa de vida; escolaridade, saúde, entre outros), o relatório ainda indica que 15,8% da população brasileira, ou seja, 26 milhões de pessoas, não têm acesso às condições mínimas de saúde, educação e serviços básicos.

A dívida mobiliária federal cresceu 424,2% no primeiro governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Números do Banco Central mostram que o volume de papéis federais no mercado saltou de R\$ 61,783 bilhões, no final de 1994, para R\$ 323,860 bilhões, no final de 1998 (GAZETA MERCANTIL, 1999).

Podemos, ainda, procurar nos exemplos de países “emergentes”, que se distanciaram, em algum termo, das condutas do Consenso, corroborar nossa tese, que a justificativa da inevitabilidade de aderir os ajustes neoliberais faz parte do projeto ideológico que sustenta o processo de acumulação atual.

Como exemplo, não podemos esquecer que a periférica economia indiana resiste pela defesa da soberania, garantindo, por meio do protecionismo, uma política industrial independente. Dessa forma, foram justamente aquelas economias “emergentes,” que “burlaram” as diretrizes liberais, onde observamos um melhor desempenho em relação às taxas de crescimento econômico durante as últimas duas décadas.

Os países que prosseguiram por mais tempo nas trilhas da modernidade industrial, em geral, conseguiram evitar um desenvolvimento excessivamente desigual. Com êxito na área econômica, os países da Ásia, como Cingapura, conseguiram uma rápida industrialização porque seus regimes autoritários usaram seu controle político para promover investimento público em educação, habitação e infra-estrutura (THOMPSSON; HIRST, 1998, p. 163).

Entretanto, não estamos, com isso, apostando na capacidade de os países de industrialização recente propugnarem alternativas capitalistas de cunho nacional, como contraponto mais progressista frente aos velhos dogmas da dependência técnica e econômica das economias centrais. Estamos apenas chamando atenção para a falsidade dos argumentos de que existe uma tendência inexorável de inserção numa “ordem global”, e, se conhecemos as dissidências nos marcos da ordem capitalista, temos, também, todo direito de ter esperança em propostas contrárias àquelas que aprofundem a exploração da classe trabalhadora.

RESTRUCTURING OF THE PRODUCTION: IN SEARCH OF THE LOST VIGOR

ABSTRACT — *This article discusses the cyclic feature of capitalist economy, emphasizing that reinforcement capital with decreasing profits depends on great changes in capitalistic structure. The historically most notorious kind of reforms is based on changes in technical and organizational basis. We can identify important technical innovations and new organizational*

models of labor, mainly Japanese ones, in the roots of structural reform that emerges from well-known moments of capitalistic crisis and depression which occurred from the 60's and culminated in 1974/75 recession. We conclude by showing how Brazilian passive accommodation to North's commandments makes more serious the social problems, that reach the majority of people.

KEY WORDS: *Crisis; Labor; Restructuring.*

NOTAS

¹ CAD: Desenho Assistido por Computador; CAM: Manufatura Assistida por Computador.

² O Proer foi um processo de saneamento bancário, em que, cinicamente, liberou-se soma elevada de recursos públicos para a promoção de um processo de centralização no setor financeiro, com fusão de bancos e migração para o país de bancos internacionais através da aquisição de bancos nacionais em liquidação.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. in: Sader, Emir (org.) **Pós-neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: 1995.

BATISTA Jr. , Paulo Nogueira. O conselheiro Acácio e a “globalização”, **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14.05. 1998.

BATISTA Jr. , Paulo Nogueira & SOCORRO, Maria do Perpétuo. Protecionismo dos Países Industrializados e suas Implicações para a América Latina. São Paulo: **Novos Estudos CEBRAP**, nº 28, out./ 1990.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

CANO, Wilson. **Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional**. Campinas: UNICAMP, 1995.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1997.

CORIAT, Benjamin. **Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização**. Rio de Janeiro: Revan, UFRJ, 1994.

DESEMPREGO continuará alto nos países da Europa. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 9 de jun. 1999.

DRUCK, Maria da Graça. Crise Global, Terceirização e a Exclusão no Mundo do Trabalho. Salvador: **Caderno CHR 19**, 1993.

HIRST, Paul & THOMPSON, Granhame. Globalização em Questão: A economia internacional e as possibilidades de governabilidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

LEITE, Márcia de P. Reestruturação Produtiva, Novas Formas de Gestão da Mão-de-Obra. In OLIVEIRA, et all. **O Mundo do Trabalho**, São Paulo: Scritta, 1994.

_____. **O Futuro do Trabalho: Novas Tecnologias e Subjetividade Operária**. São Paulo: Scritta, 1994.

MALAGUTI, Manoel L. et all. (orgs.). **A Quem Pertence o Amanhã?** Ensaio sobre o Neoliberalismo. São Paulo: Edições Loyla, 1997.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. São Paulo: Difel, 1987, 11^a. Ed.

MATTOSO, Jorge Eduardo L. **A Desordem do Trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995.

ONU 'rebaixa' o Brasil e critica globalização. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 de jul. 1999.

SANTOS, Jossel B. **Terceirização, crise e acumulação de capital: Seus Efeitos na COPENE em Camaçari-BA: Campina Grande, UFPB**, 1999.

SANTOS, Jossel B. Liberalismo: Uma Retórica Vazia. **Cadernos do Colegiado de Economia**, UEFS, n. 2, 1998.

SOUZA, Nilson Araújo de. **O Colapso do Neoliberalismo**. São Paulo: Global, 1995.

SUNKEL, Osvaldo & GRIFFITH, Jones. **O Fim de uma Ilusão: As Crises da Dívida e do Desenvolvimento na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TAVARES, Maria da Conceição. A Retomada da Hegemonia Americana. São Paulo: **Revista de economia política**, v. 5, abr./jun., 1985

TAVARES, Maria da Conceição & FORI, José Luís. **Desajuste Global e Modernização Conservadora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.